



ACÇÕES DE INCLUSÃO NO MEIO UNIVERSITÁRIO PARA PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM TEA OU TRANSTORNOS MENTAIS

Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior¹

Luana Turcato Martinez²

Gabriela Bressanin do Carmo³

Kamilla Emily de Souza Santos⁴

Resumo

A universidade tem seu papel social, de caráter democrático e de redução das desigualdades. A inclusão no Ensino Superior está intimamente relacionada a essas funções e exige ações concretas para sua efetivação. As equipes de saúde das instituições de ensino podem contribuir ativamente para isso, com ações de conscientização, prevenção e intervenções específicas, particularmente no que diz respeito a mudanças atitudinais. Apresentamos relato das experiências que vimos engendrando e que tem contribuído para a construção de um ambiente universitário inclusivo, particularmente em situações envolvendo pessoas diagnosticadas com TEA ou transtornos mentais. Ainda há muito o que se fazer, mas se delineiam boas perspectivas para ações que tragam contribuições ainda maiores.

Palavras-chave: inclusão. ambiente universitário. saúde mental.

Introdução

A universidade é uma instituição social, ou seja, uma prática social que reflete a sociedade na qual se insere e desta recebe sua legitimidade para exercer o papel de espaço voltado ao saber. Na Modernidade, está ligada a uma vocação republicana, de promoção do conhecimento, da liberdade e da democracia. Com as lutas sociais do século XX, suas funções se ampliam, passando a ser vista como essencial para a promoção da educação e da cultura. Esses ideais nunca foram almejados sem tensões, considerando-se sua inserção nas contradições da sociedade capitalista (Chauí, 2003).

A partir da década de 1990, sob a influência do neoliberalismo, a universidade passa a ser pressionada por uma concepção de organização social, na qual sua função fica restrita à instrumentalidade, com ênfase em processos de gestão e busca por resultados quantificáveis. A preocupação ética, que demanda tempo para se pensar e debater sobre as consequências de transformações técnicas/tecnológicas, dá espaço para a produtividade, na qual os resultados, materializados em produtos e processos, são justificáveis por si sós. A formação humanista e

¹Psicólogo da FCTE – Ourinhos. Doutor em Psicologia pela FCL – Assis. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana.

²Psicóloga da FCTE – Ourinhos. Pós-graduanda em Logoterapia e Análise Existencial pela Unilife.

³Enfermeira da FCTE – Ourinhos. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Anhanguera.

⁴Enfermeira da FCTE – Ourinhos. Especialista em Unidade de Terapia Intensiva e Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Anhanguera.

universal permanece enquanto ideal, porém perdendo significativo espaço para um ensino voltado a “treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força-de-trabalho” (Chauí, 2000, p. 52).

Sempre em meio a contradições, o papel social da universidade tem se ampliado. Calcado no tripé ensino-pesquisa-extensão, promove o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do País. A universidade brasileira, particularmente a pública, é promotora de ascensão social. As políticas de cotas, juntamente com as ações voltadas à permanência estudantil, têm apresentado resultados, fazendo frente a injustiças históricas. Tem contribuído para a redução das desigualdades sociais ao trazer para o ensino superior e proporcionar meios para sua permanência, pessoas pobres e das diversas minorias, incluindo pessoas com deficiência. Luta por se firmar como instituição que busca estabelecer ambientes de pluralidade, encontrando-se envolvida no desafio da inclusão.

Conforme Camargo (2017, p. 1), “a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente.” Através de mudanças arquitetônicas, atitudinais, simbólicas, institucionais, entre outras, busca-se possibilitar concretamente a presença e participação de pessoas cujas peculiaridades não condizem com padrões injustos estabelecidos historicamente e socialmente. Isso se dá plenamente conforme se efetue a inserção efetiva, com autêntico protagonismo e empoderamento.

Nesse sentido, a inclusão passa pela afirmação da presença, autonomia e protagonismo de grupos historicamente oprimidos, que incluem mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, população negra e originária, pessoas surdas, pessoas com deficiência, neurodivergentes e em sofrimento mental, dentre tantas outras características e identidades relegadas à exclusão pela sociedade capitalista. A concepção de educação inclusiva é voltada à plena integração da diversidade humana ao Ensino.

A educação especial é indissociável e diz respeito às ações no Ensino, em todos os níveis, voltadas à plena participação de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento (incluindo pessoas situadas no espectro autista) e pessoas que apresentem altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

O Ensino Superior está implicado tanto no que diz respeito à inclusão, quanto à educação especial, por sua vocação enquanto instituição social e por sua responsabilidade em promover a redução de desigualdades e melhores condições de vida, através da produção de conhecimento e do acesso de populações vulneráveis à formação universitária. Mesmo sendo direcionado a responder a exigências de mercado, pode-se encontrar espaço para ações inclusivas, preparando pessoas historicamente discriminadas para enfrentar essas mesmas exigências e, com isso, poderem alcançar inserção profissional e melhor qualidade de vida.

Os desafios para a efetivação desses ideais não são pequenos, conforme apontam revisões bibliográficas sobre o tema. As pesquisas em educação inclusiva se voltam mais à realidade infantil e a produção a respeito da inclusão no ensino superior é “tênue” (Oliveira et al, 2016, p. 312). As ações estariam mais restritas a reservas de vagas, atendendo a exigências legais.

Pletsch e Leite (2017) apontam que a produção científica avança e demonstra a necessidade de subsídios técnicos e pedagógicos para o Ensino Superior e que as respostas que se têm dado ainda estão aquém da demanda apresentada pelo ingresso crescente de alunos apresentando alguma necessidade específica.

A responsabilidade pela inclusão é de toda comunidade acadêmica e a mera garantia de matrícula do aluno no ensino superior não é o bastante para o incluir efetivamente, como afirmam Araújo e Silva (2025). Na revisão realizada por essas autoras, encontraram como dificuldades apontadas pelas pesquisas a falta de investimento, a padronização de processos de ensino (sem adaptação a necessidades específicas) e a precarização do trabalho docente (que dificulta ainda mais o trabalho para a diversidade e inclusão). Esses fatores se dão no contexto

da preocupação meramente mercadológica de parte das instituições de ensino superior. Por outro lado, alguns caminhos são apontados: estimular a representatividade, inclusive no corpo docente e administrativo; investir em formação específica; disponibilizar um núcleo de apoio multiprofissional; garantir condições de acessibilidade, entre outros.

Objetivos

Apresentaremos relato de experiência sobre as ações voltadas à inclusão realizadas pela Equipe de Saúde da Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação de Ourinhos. Utilizaremos do referencial teórico da análise institucional de Lourau (1993; 2004) para pensarmos sobre as questões às quais respondemos com nossa atuação e outras que emergiram ou ganharam visibilidade a partir desta.

Desenvolvimento

A Equipe de Saúde da UNESP realiza promoção de saúde e prevenção de doenças para toda comunidade unespiana (servidores, alunos e terceirizados), incluindo todo o cuidado com a saúde ocupacional e saúde mental, visando o bem-estar integral de todos. É, ainda, a responsável por acolher a pessoa que procura ajuda, mediar adaptações necessárias, encaminhar e acompanhar cada caso. Na Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação de Ourinhos, é composta por dois psicólogos e duas enfermeiras. Abordaremos aqui as ações de inclusão nas quais a Equipe esteve envolvida, tanto em âmbito coletivo quanto individual, desde 2023. Debateremos as encomendas e demandas por nós percebidas e analisadas.

Entendemos encomenda como as solicitações formalizadas, em maior ou menor grau, dos atores institucionais que podem ter relação com necessidades presentes ou virtuais (cuja possibilidade de se apresentarem foi detectada); pode, ainda, se referir a elementos que dizem respeito mais ao ator institucional que apresenta a encomenda do que à situação propriamente dita. Incluem-se aí os temores frente àquilo que é tomado como diferente ou desconhecido, situação de alguns dos casos em discussão (Lourau, 1993).

As demandas são delineadas, ou descobertas, conforme a atuação/intervenção se desenrola. São as necessidades que emergem da realidade institucional, mesmo quando parte dos atores institucionais não admite sua facticidade.

A análise institucional foi escolhida para se pensar os eventos relatados, não tendo sido teoria norteadora das ações propriamente ditas.

As ações engendradas se justificam pela dimensão da inclusão, ao promover acolhimento e condições objetivas e subjetivas para que alunas e alunos desenvolvam suas atividades acadêmicas e sua socialização, indispensável para a plena formação que o ambiente universitário promove, bem como para seu desenvolvimento pleno como cidadãs e cidadãos e para sua saúde mental. Acrescente-se que contribuem para a permanência estudantil, ao reduzir fatores estressores no cotidiano universitário e se construir um ambiente de aceitação.

Há alunos que chegam com laudos, indicando o seu diagnóstico e as adaptações necessárias, enquanto outros apresentam queixas a respeito de dificuldades acadêmicas e de interação social. Em relação àqueles que chegam com seus diagnósticos, são realizadas reuniões para entender a sua necessidade específica, nas quais são pensadas adaptações que podem ser realizadas. Tudo isso é dialogado entre a equipe de saúde local, coordenação de curso, direção, professores e servidores técnico-administrativos, buscando as soluções institucionais possíveis.

Outros chegam para atendimento da Equipe com queixas de dificuldades que podem estar relacionadas a algum diagnóstico, mas que tem que ser avaliadas de uma forma mais aprofundada. Neste caso, é realizado o encaminhamento para a rede do SUS local, para o neuropsicólogo do Município. Além disso, conversas no sentido de entender a demanda e as adaptações também são realizadas, tanto com o aluno quanto com a sua família.

Palestras e rodas de conversa também já foram realizadas no sentido de informar a comunidade unespiana como um todo, sobre a importância do respeito à diversidade e como lidar com ela. Em 2025, surgiram encomendas e demandas específicas frente a questões de alunos e alunas com diagnósticos de transtornos do neurodesenvolvimento ou de transtorno mental. Foi apresentada à Equipe solicitação formal de orientações frente a necessidades específicas, dentre elas para situações em que alguém apresente comportamento agressivo. Esse último elemento é tomado por nós como analisador histórico, ou seja, um fato, objeto ou elemento discursivo que irrompe do cotidiano institucional, levando à movimentação instituinte dos atores (diferente do já estabelecido) e provocando “a revelação do que estava escondido” (Lourau, 2004, p. 70). Em resposta a essa encomenda, foi elaborado um material com orientações para situações de crises emocionais, em uma abordagem mais ampla, não somente voltada àquelas envolvendo agressividade. Esse material foi apresentado em dois momentos: uma palestra aberta a todos os servidores e participação na reunião de planejamento docente.

A convite da Equipe, houve uma palestra sobre educação inclusiva e especial com a Profa. Capellini (NTAPS), aberta a todos os servidores.

Essas ações contaram com a participação de todos os gestores e presença de quase todos os servidores técnico-administrativos. Foi possível sanarem dúvidas e exporem temores e inquietações frente às necessidades dos alunos, particularmente aqueles diagnosticados com TEA ou transtorno mental.

Houve, ainda, uma série de ações pontuais, dentre as quais podemos destacar uma reunião para escuta e orientações destinadas aos discentes monitores que acompanham alunos com diagnósticos de TEA e esquizofrenia paranoide; mediação junto aos servidores da biblioteca e aluno com diagnóstico de TEA, para o estabelecimento de combinados quanto à conduta nas dependências do referido setor; a mediação, a pedido da Coordenação do Curso de Geografia, em relação a dificuldades de duas alunas diagnosticadas com TEA, em uma disciplina específica. Acrescente-se que os alunos e alunas contam com atendimento psicológico no câmpus. Todas as ações cumpriram com o propósito de auxiliar a pensar em melhores condições de ensino, aprendizagem e convivência, sem interferir na autonomia de cada profissional e aluno.

Considerações finais

Ainda que haja muito por ser feito em todas as frentes, não podemos negar a importância dos avanços até aqui. A temática da inclusão, particularmente no que diz respeito às necessidades de pessoas diagnosticadas com TEA e transtornos mentais, foi amplamente discutida junto ao corpo de servidores. Podemos afirmar que se iniciou um processo de superação de barreiras atitudinais, considerando-as como “a raiz de todas as demais barreiras, que impedem o exercício social pleno das pessoas com autismo e outras deficiências. São consideradas anteparos na relação entre duas pessoas, de modo que uma tem predisposição desfavorável em relação a outra” (Mota, 2016, p. 64).

Essa superação envolve diversos desafios. Foram relatados à Equipe episódios que evidenciam a dificuldade de inserção dos alunos neurodivergentes e com transtornos mentais junto a seus colegas discentes. Isso se deve tanto a preconceitos, quanto ao simples desconhecimento das reais necessidades dessas pessoas. Foi acordado, na reunião com os discentes monitores, que serão planejadas ações voltadas à conscientização sobre bullying e cultura de boa convivência no meio universitário; essa abordagem mais ampla tem como propósito evitar expor situações individuais.

É preciso pontuar que encontramos dificuldades em ter adesão nas ações de prevenção em saúde mental, seja por horários, seja pela falta de interesse de alguns, então acabaram sendo realizadas ações pontuais, para mitigar casos específicos. Nesse aspecto, corre-se o risco de a equipe se

devotar a atender a situações já estabelecidas envolvendo sofrimento mental, com menos tempo e espaço para o âmbito preventivo.

Existe uma dificuldade de fila de espera para avaliação psicológica; estamos buscando resolver isso com a ajuda do serviço de psicopedagogia do NTAPS.

O apoio da gestão da Unidade tem sido indispensável, bem como a aceitação do corpo de servidores para o estabelecimento do debate e problematização a respeito das barreiras atitudinais. São os primeiros passos, necessários para que, com o tempo, uma cultura inclusiva seja estabelecida, em conformidade com o ideal de universidade democrática, pluralista e devotada à redução das desigualdades sociais.

Referências

Araújo, Miriam Espiridião de; Silva, Maria de Lourdes Ramos da. A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um compromisso de todos. **Perspectiva**. Revista Do Centro De Ciências Da Educação. Florianópolis, V. 43, n. 4, p. 1 – 24, out./dez. 2025.

Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/96759>> Acesso em 13 ago 2025.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Disponível em: < <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em 12 ago 2025.

Camargo, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 11 ago 2025.

Chauí, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5–15, set. 2003. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj>> Acesso em 11 ago 2025.

Chauí, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Lourau, René. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Lourau, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

Mota, Ana Carolina Wolff. Alguns apontamentos sobre transtornos de espectro do autismo e acessibilidade atitudinal. In: Caminha, Vera Lúcia Prudência dos Santos et al (orgs.).

Autismo: vivências e caminhos. São Paulo: Blucher, 2016. p. 57-66

Oliveira, Reinaldo Queiroz de *et al.* A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016.

Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v22n2/1413-6538-rbee-22-02-0299.pdf>> Acesso em 12 ago 2025.

Pletsch, Márcia Denise; Leite, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, n. spe.3, p. 87–106, 2017.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/HXgzbFY4WGCBsKPBrJgww3R>> Acesso em 12 ago 2025.